

Empresários condenam distritais

Líderes do comércio no Distrito Federal dizem que atitude dos deputados foi eleitoreira e prometem briga na Justiça

Ana Delmonte

Especial para o **Correio**

Equivocada, irresponsável, eleitoreira e demagógica. Esses foram alguns dos adjetivos utilizados por lideranças empresariais de Brasília para definir a postura dos deputados distritais que votaram a favor de projetos que prevêem a permanência da Feira do Paraguai no estacionamento do Estádio Mané Garrincha. A decisão dos parlamentares, de acordo com empresários, dificulta ainda mais o processo de regularização dos ambulantes.

O comércio irregular é apontado pelo setor formal como um dos principais responsáveis por uma queda de 6% nas vendas das lojas de Brasília neste ano, em relação a 1996.

“A mudança de área é uma forma de pressionar os ambulantes a se registrarem como micro e pequenos empresários. Eles só conseguiriam o novo espaço se estivessem regularizados”, afirmou o presidente da Federação do Comércio (Fecomércio), Sérgio Koffes, que prevê um embate jurídico em torno da permanência dos ambulantes no local onde estão instaladas as 1.264 barracas amarelas.

Apesar de estar certo da inconstitucionalidade do projeto aprovado pela Câmara Legislativa, Koffes acusa os parlamentares de estarem contribuindo para o quadro de impunidade que toma conta do Distrito Federal. “Há invasões, comércio irregular e transporte clandestino por toda parte, sem que nada seja feito para punir os responsáveis”, denuncia.

Em meio à polêmica que envolve o futuro dos ambulantes que vendem produtos importados ilegalmente do Paraguai, a Fecomércio defende uma proposta: a construção de shoppings populares em estradas que dão acesso às outras cidades do Distrito Federal, com recursos do BRB. O retorno viria por meio da venda financiada dos espaços a micro e pequenos empresários.

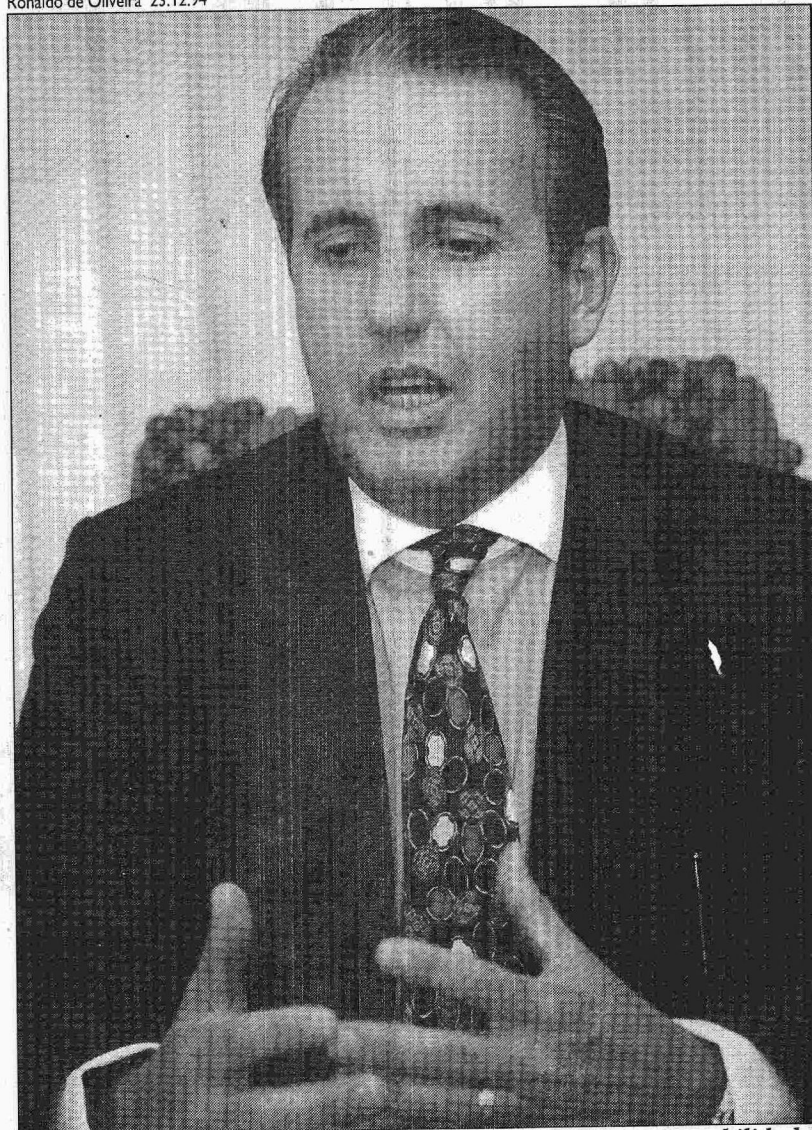
IRRESPONSABILIDADE

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), Lázaro Marques, disse que vai se aliar ao Ministério Público na luta pela transferência dos ambulantes. “Nunca vi tamanha irresponsabilidade como a dos deputados distritais. A feira perto do estádio fere o plano urbanístico da cidade e os feirantes não podem ficar em área tão valorizada sem pagar impostos”, atacou Marques. O Sindivarejista estima que os feirantes movimentem hoje cerca de R\$ 50 milhões por mês.

Bem menos comedido em relação às críticas distribuídas aos distritais, o presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, chamou de “eleitoreira e demagógica” a votação que garantiu a permanência dos ambulantes. “Se foi uma tentativa de conquista eleitoral, podem ter ganhado de um lado, mas perderam de outro. Brasília tem hoje mais de 90 mil empresas que não apóiam essa decisão.”

“A aprovação desse projeto tenta legitimar o contrabando, a sonegação de impostos, o desrespeito ao consumidor e o assalto ao comer-

Ronaldo de Oliveira 23.12.94



Lázaro Marques, do Sindivarejista: “Nunca vi tamanha irresponsabilidade”

ciante legalizado”, emendou o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF), Antônio Augusto de Moraes. Pelos cálculos do presidente da CDL, a concorrência do setor formal com os ambulantes irregulares já extinguiu mais de 20 mil postos de trabalho nos últimos dois anos.

O projeto aprovado pelos distritais

provocou ecos também no setor industrial. O presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas, sugere a adoção de um plebiscito para a escolha do destino dos ambulantes da Feira do Paraguai. O referendo popular serviria para garantir ou não a permanência dos camelôs no estacionamento do Estádio Mané Garrincha.